

Energética

IGNÁCIO M. RANGEL

2-2/88

10/07/88

Entre 1980 e 1985, a produção industrial brasileira não cresceu, mas a produção de energia elétrica cresceu 38,2%, ou 6,7% ao ano. No mesmo período, o crescimento da produção industrial norte-americana foi de 14% (2,6% ao ano) e a da União Soviética 20% (3,6% ao ano). Qual teria sido a expansão de nossa produção de eletricidade, se nossa indústria tivesse ao menos acompanhado a população?

A esta altura do nosso desenvolvimento, produção de eletricidade é, basicamente, produção de hidreletricidade. Com uma ponta de ironia, os engenheiros de nossa Eleitrobrás são apelidados de "barrageiros", pela atenção virtualmente exclusiva que dedicam aos desníveis dos rios, como fonte primária de eletricidade.

Talvez não estejamos calculando convenientemente o custo social do nosso potencial hidrelétrico aproveitado. Afinal, o desnível não é o único fator utilizado. Só para exemplificar, algumas de nossas melhores terras agricultáveis são, por vezes, sacrificadas e não me consta que esse item de custo seja computado quando da fixação das tarifas.

Não é isso, entretanto, o que mais importa, de imediato. Embora com menos entusiasmo, do que até agora, devemos pôr nossos rios e riachos a trabalhar, no futuro. Mesmo sacrificando terras aráveis e florestas. Não nos podemos, por enquanto, dar o luxo de um ecologismo muito rigoroso. Por enquanto. Há entretanto outras circunstâncias às quais teremos que atentar, não num futuro mais ou menos distante, mas desde já, ou desde ontem.

Sempre que faio da necessidade de privatizarmos uns quantos serviços

de utilidade pública, sou interpelado sobre que serviços específicos. Mas busco evitar comprometer-me, assanhando vespeiros prematuramente, e não ignoro que alguns dos mais agressivos "marimbondos de fogo" — ao gosto do nosso presidente — estão na área da nossa energética. Mas sabia, naturalmente, que não me poderia esquivar indefinidamente. Toda mudança social tem seus custos e é mister arcar com eles.

Ora, só muito excepcionalmente a iniciativa privada tomará interesse pela hidreletricidade e, se a ecologia e seus custos sociais implícitos podem esperar, os fatos que exigem a privatização de uns quantos serviços não o podem. O Estado brasileiro endividou-se pesadamente, em grande parte para o fim específico de mobilizar recursos para a promoção dos aludidos serviços. Chegou o momento em que o mero rolamento da dívida torna-se impraticável, ou só o será em condições progressivamente onerosas.

Na produção de açúcar e do álcool está implícita a produção de muitos milhões de toneladas de bagaço, além de muitos outros milhões de toneladas de palha. Estudos feitos pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, estimam a significação energética desse material, com os meios hodiernamente disponíveis, em cerca de 93 bilhões de kWh — mais de 40% de nossa atual produção de energia elétrica.

Quanto aos "meios hodiernamente disponíveis", acima aludidos, não podemos esquecer as turbinas estacionárias de gás, desenhadas a partir das que foram aperfeiçoadas com destino à aeronáutica militar. Provavelmente, os soviéticos já dispõem, também, dessas super-turbinas, a julgar pela notícia de que

cutão provando aviões de passageiros várias vezes mais rápidos que o som. Daí para a versão estacionária, o caminho não pode ser longo.

Para interessar o usineiro de açúcar a investir nesse campo, careceremos, é claro, de retoques em nossa legislação concernente aos problemas da concessão de serviços de utilidade pública, mas isso, afinal de contas, terá mesmo que ser feito. Os canavieiros do sul poderão ser mais facilmente interessados no negócio, primeiro por estarem integrados num sistema de intermediação financeira mais desenvolvido e depois pela circunstância de que a disponibilidade do bagaço, nessa região, coincide com o período de produção do sistema hidrelétrico já instalado.

Partindo dessas premissas, a porta para a privatização do serviço de eletricidade estará aberta. Ao Estado caberá começar por uma tarifa realista da sua própria produção hidrelétrica incremental, para a compra dos excedentes de eletricidade e de vapor dos usineiros; em segundo lugar, deverá oferecer aos usineiros interessados no negócio, em troca da hipoteca dos bens destes, o seu aval, para que seus papéis tenham livre circulação no mercado de valores.

Em suma, comecemos a interessar nossos "barrageiros" em fontes alternativas de energia. Eles encontrarão pasto saboroso para sua curiosidade científica, debruçando-se no estudo dos "meios hodiernamente disponíveis" para a produção de energia, acima referidos. Há, no campo de energética, muito mais coisas que os cálculos de vazão pela altura.

IGNÁCIO M. RANGEL 75, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi o presidente do Conselho Regional de Economia no Rio de Janeiro.